

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.923 - AM (2019/0342043-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RICHARD ANDRE MAIA**  
**ADVOGADOS : ABDALLA ISAAC SAHDO JUNIOR - AM002207**  
**SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA - AM003260**  
**AGRAVADO : SILVETE MOREIRA ARAUJO**  
**ADVOGADO : NEY BASTOS SOARES JUNIOR - AM004336**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.063-1.064):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO JUDICIAL. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA DE VICIO. MANIFESTAÇÃO DAS PARTES SOBRE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL ACERCA DA PRELIMINARES DA CONTESTAÇÃO. NULIDADE PARCIAL RECONHECIDA. JULGAMENTO DAS MATÉRIA PELA CORTE. ART. 1.013, § 3.º, IV, CPC. APELAÇÃO CÍVEL.

I - Nos termos do art. 179, I, CPC/15, resta evidente que o Ministério Público, nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos para emissão de parecer depois das partes. Assim, inóciduo é que sua manifestação é posterior às alegações dos litigantes, tanto é que é justamente sobre esses argumentos que finca sua intervenção. Inexiste, disserte-se, qualquer previsão normativa que imponha ao magistrado oportunizar às partes prazo para que se manifestem acerca do parecer de mérito exarado pelo Ministério Público. Nulidade por cerceamento de defesa afastada.

II - Causa nulidade da sentença a ausência de fundamentação para repelir as preliminares aventadas na contestação pelo réu. Reconhecimento de nulidade parcial da sentença. No entanto, nos termos do art. 1.013, § 3.º, IV, CPC, cabe ao Tribunal proferir julgamento imediato quando a sentença é declarada nula por ausência de fundamentação.

III - A conexão, como prescreve o art. 54, CPC, não altera as competência absoluta, razão pela qual, sendo o Juízo da Vara de

Registro Públicos competente materialmente para processar e julgar o feito, indevida é a reunião da ação com outra demanda em trâmite no juízo da Vara Cível.

IV - A impossibilidade jurídica do pedido não é condição da ação após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, motivo pelo qual é incabível sua alegação como matéria preambular ao mérito.

V - Cediço é que o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico que se pretende obter com o ajuizamento da ação, tanto é assim que o art. 292, II, CPC/15 disserta que o valor da ação que visa à declaração de inexistência de determinado ato jurídico deve observar o valor do ato ou o de sua parte controvertida. Ocorre que, no caso em tela, a autora/apelada busca a declaração de inexistência de uma sentença, cujo valor é incalculável, o que, por si só, fundamenta a atribuição à causa de uma quantia por estimativa. Ademais, ainda que assim não fosse, certo é que o valor do imóvel é medida inadequada para atribuir valor à causa, porque a pretensão verberada na exordial não se volta à aquisição do bem.

VI - É irrevelante, em ações cujo objeto é direito indisponível, a ausência na petição inicial de opção pela realização ou não da audiência de conciliação.

VII - Tem-se que as condições da ação, com a edição do Código de Processo Civil de 2015, limitaram-se à legitimidade de parte e ao interesse de agir, as quais, consoante mansa jurisprudência, devem ser analisadas com base da Teoria da Asserção, isto é, o exame se restringe às afirmações constantes na petição inicial. Obtempera-se que a autora/apelada informa que o ato judicial proferido naqueles autos permitiu ao apelante/requerido promover matrícula em registro de imóveis de bem que a ela pertencia, restando evidente, portanto, sua legitimidade para postular, em juízo, a declaração de inexistência da sentença que lesou seu patrimônio.

VIII - Apelação conhecida e parcialmente provida.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.103-1.106).

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.013 e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Narra o seguinte (e-STJ, fls. 1.111-1.112):

O recorrente efetuou registro de imóvel de sua posse e titularidade mediante ordem judicial. Passado algum tempo, a autora, se

intitulando proprietária do imóvel, ingressa com ação declaratória de inexistência de sentença, argumentando que o registro imobiliário do recorrente foi efetuado em processo judicial posteriormente extinto sem julgamento do mérito.

Alegou que era a real proprietária do imóvel, anexando matrículas dominais desatualizadas, omitindo na ação que já havia vendido o imóvel a terceiros.

Ocorreu que, no curso da lide, ficou demonstrado que a ora recorrida não era mais proprietária do bem quando ajuizara a ação.

A sentença julgou procedente a ação, declarando a inexistência da sentença da ação em que se deferiu o registro imobiliário do recorrente, omitindo-se, entretanto, no exame das questões preliminares, em especial a ilegitimidade de parte.

O aqui recorrente apelou da sentença pleiteando a sua nulidade. O acórdão anulou a sentença por falta de fundamentação, mas proferiu acórdão em que, com base na teoria da asserção, em que o exame da legitimidade e interesse processual se dá apenas com base nas afirmações da parte na inicial, afirmou a legitimidade ativa da recorrida.

Aponta omissão no acórdão recorrido ante o "não enfrentamento da questão da ilegitimidade de parte da recorrida por não ser mais proprietária do imóvel que omitiu ter vendido antes do ajuizamento da ação" (e-STJ, fl. 1.115).

Requer, outrossim, o provimento do recurso para que seja declarada a nulidade do acórdão proferido nos embargos de declaração, pois deixou de apreciar os argumentos fundamentais deduzidos acerca da ilegitimidade da parte recorrida para demandar, em nome próprio, sobre direito envolvendo patrimônio que não mais lhe pertence.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.131-1.144 (e-STJ), pelo não conhecimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 1.145-1.149 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 1.166-1.180 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade

do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No que se refere à apontada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

(...)

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15.6.2016, DJe 3.8.2016)

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que a matéria foi decidida pelo Tribunal de origem com base em circunstâncias fáticas e probatórias inerentes à causa, sobretudo porque considerou a legitimidade da ora agravada para postular em juízo, conforme se depreende da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 1.073-1.074):

Pela leitura da petição inicial, constata-se que a autora/apelada pretende a declaração de inexistência de sentença proferida nos autos do processo n.º 0223575-19.2010.8.04.0001 e, por via de consequência, o cancelamento da matrícula n.º 54.574 no cartório de Registro de Imóveis.

Obtempera-se que a autora/apelada informa que o ato judicial proferido naqueles autos permitiu ao apelante/requerido promover matrícula em registro de imóveis de bem que a ela pertencia, restando evidente, portanto, sua legitimidade para postular, em juízo, a declaração de inexistência da sentença que lesou seu patrimônio.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de reconhecer a ilegitimidade ativa da parte recorrida, como pretendido, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela legitimidade de parte da agravante, bem como pela existência de danos morais. Alterar esse entendimento demandaria reexame das provas produzidas nos autos, vedado em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.381.364/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13.5.2019, DJe 20.5.2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os

# *Superior Tribunal de Justiça*

limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora